

Aluno promulga sua constituinte

"Aumentar os direitos do povo e diminuir o poder dos políticos safados". Essa é uma das várias sugestões dadas pelas crianças da Escola Criarte (Lago Sul) para a Constituição e revela que, ao contrário do que muitos pensam, os pequenos não estão alheios à realidade vivida pelos adultos. Mostrando preocupação com segurança, educação, racismo, saúde e inflação, dentre outras coisas, os alunos estão empenhados em eleger uma Assembléia Constituinte que vai estipular as regras a serem incluídas no regimento escolar.

A garotada garante que se dependesse deles, o Brasil estaria salvo. Em suas sugestões, mostram também que são, antes de tudo liberais: "GA gente tem que ter o direito de falar o que pensa", dizem, sem esquecer de pontos importantes como reforma agrária e defesa de tecnologia nacional. Apesar de estarem acordados para o mundo, não esquecem de seus sonhos de criança e pedem "mais brinquedos no Natal". A direção da escola, entusiasmada com a participação e interesse dos alunos, está providenciando as fichas de inscrição partidária e os títulos eleitorais para que eles possam eleger seus repre-

sentantes para a Assembléia Constituinte. Os partidos políticos ainda não foram criados, mas os jovens candidatos, seguindo o exemplo dos mais velhos, já estão firmes em suas promessas.

— Prometo que lutarei para que a escola fique sempre limpa, para que os professores não briguem com os alunos por besteira. Afinal, eles também têm que nos respeitar — disse Omar Bourdoukan, 11 anos, candidato a senador da escola. Para ele, a melhor maneira de se conseguir mais votos é falar sempre a verdade, além de ser muito simpático. Nesse segundo item, pelo menos, ele certamente não terá problemas. Até as meninas ao seu redor sorriam ao saber de sua candidatura e devem se tornar fiéis cabos eleitorais.

Mas não só os meninos pretendem redigir as regras da escola. O sexo feminino, ali, também mostra sua força com a candidatura, por exemplo, de Paola Novais Ramos, 8 anos. Se for eleita será, com certeza, uma bela deputada. Ela se preocupa com a aparência da escola e pretende fazer com que as crianças trabalhem para ajudar na limpeza. "Olha o lagunho, por exemplo, está sujo, não é?" m disse tentando de-

monstrar que seus planos políticos têm real fundamento. Paola, apesar de brasiliense, tem uma tática bem mineira de fazer política. Ela pede para as amigas que ainda não contem para os garotos que irá se candidatar "para não atrapalhar a campanha".

INTERESSE

A idéia de eleger uma Assembléia Constituinte na escola, segundo a coordenadora pedagógica, Mércia Pimenta Lemos, partiu dos professores após constatarem o grande interesse das crianças nos assuntos ligados à eleição. Prepararam um programa que previa, primeiramente, discussão em sala sobre o significado de Constituição.

Na terça-feira, todos os alunos do colégio, com exceção dos muito pequenos, participaram de um debate no qual respondiam às perguntas feitas pelos professores, todas relacionadas ao que já haviam estudado. A partir daí, as crianças apresentaram as sugestões para a Constituição do Brasil e, agora, preparam-se para redigir a sua própria Carta Magna, a ser chamada Constituinte.

FOTOS: JULIO ALCANTARA



Omar: mais limpeza na escola



Paola Novaes: campanha em segredo é o trunfo

Minorias não atraem público

O índio, a mulher, o negro, a criança e o presidiário. Como os direitos destas categorias, chamadas de "minorias", poderão ser defendidos na Constituinte? Para lançar este tipo de reflexão, o curso Constituição e Constituinte — um convênio entre o CNPq e a Universidade de Brasília — promoveu ontem um painel de discussões sobre a questão dos direitos humanos e cidadania na Constituinte. No entanto, embora os assuntos sejam bastante polêmicos, não chegaram a chamar a atenção do público em geral.

Apenas cerca de 60 pessoas compareceram ao auditório do CNPq, onde foram realizadas as discussões, e em nenhum momento o debate chegou realmente a ficar "quente". Quem mais chamou a atenção dos presentes foram o candidato a deputado pelo PDT, Marcos Terena, que falou sobre o direito do índio à vida, e a historiadora Philomena Gebran, ao apresentar a socialização das relações de produção como única solução para pôr fim à dominação e exploração da mulher.

DISCRIMINAÇÃO

Marcos Terena explicou que a principal preocupação dos índios que, como ele, vêm para os centros urbanos para defender os direitos de seus colegas, é mostrar para a sociedade "civilizada" que o índio quer viver e, para isso, precisa da colaboração de cada um de nós no sentido de acabar com a discriminação imposta desde os primeiros anos de escola. Falou também da importância de se conscientizar o índio de que é possível viver dignamente no país que era dele. "Nós quere-

mos viver como somos. A única coisa que precisamos é da demarcação de nossas terras para vivermos como povos diferenciados entre si que somos. Será que para o Brasil chegar ao progresso é necessário passar pelo genocídio, pela exterminação total das comunidades indígenas?", perguntou.

Já a antropóloga Philomena Gebran, ao falar da necessidade de que a mulher participe ativamente do processo político e social do País, associou a dominação e exploração por que passa a categoria hoje à divisão de classes, o que aconteceu principalmente após a instituição do capitalismo. Por isso, acredita que a Constituinte deve lutar contra a ideologia burguesa-capitalista que, através de um paternalismo exagerado, mistificou a mulher para melhor explorá-la.

Também a representante do Conselho Nacional de Defesa da Mulher, Iares Cortês, seguiu a mesma linha de raciocínio e alertou para o fato de que, na Constituinte, a mulher deve lutar para mostrar que as diferenças existentes entre elas e os homens não são sinônimos de desigualdade.

Em relação à forma como é tratada a criança em nossa sociedade, estas desigualdades, na opinião do professor do Departamento de Serviço Social da UnB, Vicente Faleiros, são ainda maiores pelo fato desta categoria ser mais desorganizada, não tendo quem as represente. Ele não acha que uma Constituição deve prever tutelas especiais para crianças, idosos e deficientes pois, se apenas respeitarem-nos como cida-

dãos, os problemas já estariam em grande parte resolvidos. Citou o fato de que as crianças, nas últimas Constituições, passaram de ser apreciadas com uma visão tutelar para serem vistas como capital no qual deve-se investir para mais tarde ser aproveitado.

Já Nelson Inocêncio, membro do Movimento Negro Unificado, utilizou o espaço destinado à sua categoria para falar sobre as lutas que estão sendo desenvolvidas pelo negro em todo o País. Citou, por exemplo, a defesa do menor abandonado, da mulher negra, das comunidades rurais e a violência, principalmente a policial. Segundo ele, a maior preocupação da categoria é a reavaliação da contribuição histórica do negro no País e não a tentativa de institucionalização de um racismo às avessas, como se houve falar muito.

No final do debate, a terapeuta Miriam Sílvia de Souza, uma das reféns da rebelião na Papuda, falou sobre o seu trabalho de dois anos naquela penitenciária. Para ela, tem que haver uma profunda mudança no sistema carcerário brasileiro na nova Constituição, onde o preso deve ser encarado como pessoa que é. Miriam de Souza disse que, longe de considerar os criminosos como santos, acredita que há possibilidade de recuperação, pelo menos em muitos deles. "Não tenho condições de dizer qual o presídio ideal, mas sei que eles têm que ter direito à recuperação, em primeiro lugar, através do trabalho. Se todos vão se recuperar eu não sei, mas que alguns são capazes, disto eu tenho certeza".